

A “ONG-ANIZAÇÃO” DOS MOVIMENTOS DE MULHERES ÁRABES

Islad Jad¹

Resumo

Este artigo traça o desenvolvimento dos movimentos de mulheres árabes, com atenção especial ao que chamo de “onguização”. Para esclarecer esta tendência, examino as estruturas e discursos mutáveis dos movimentos de mulheres árabes, no contexto mais amplo dos discursos sobre desenvolvimento, com base nos binários leste/oeste e estado/sociedade civil. O número crescente de ONGs árabes, em geral, e ONGs de mulheres, em particular, deve ser visto no contexto de uma tendência de desenvolvimento mais ampla, que vê as ONGs como veículo vital para a mudança social e democratização. Mas irei argumentar que a ONG como uma forma de organização é crucialmente diferente de outros tipos de organização que objetivam a mudança social, isto é, o movimento social.

Palavras-chave: movimentos de mulheres árabes. Organizações não-governamentais. Palestina.

Abstract

This article traces the development of the Arab women’s movements, with special attention to what I call their “NGO-isation”. To shed some light on this trend, I examine the changing structures and discourses of Arab women’s movements, in the context of a development discourse based on binaries such as West/East and state/civil society. The growing number of Arab NGOs in general, and women’s NGOs in particular, must be seen in the contest of a broader development trend that views NGOs as a vital vehicle for social change and democratization. I will argue though that the NGO as a form of organization is different in critical ways from another kind of organization aimed at social change, namely, the social movement.

Key Words: Arab women’s movements. Nongovernmental organizations. Palestine.

1 INTRODUÇÃO

¹ Professora titular de Género e Desenvolvimento da Universidade de Birzeit- Palestina. Co-fundadora e diretora atual do Instituto de Estudos da Mulher na Birzeit. Fez bacharelado em Ciência Política na Universidade do Cairo, mestrado em teoria política da Universidade de Nantes, e doutorado em estudos de gênero e desenvolvimento da Universidade de Londres. Foi co-autora do relatório das Nações Unidas de Desenvolvimento Humano Árabe de 2005, publicou vários trabalhos sobre a participação política e desenvolvimento político das mulheres palestinas e árabes.

Uma das tendências dominantes na evolução dos movimentos de mulheres árabes é o crescimento do número de mulheres nas organizações não governamentais (ONG) que lidam com questões de saúde, educação para os direitos, geração de renda e promoção de direitos. Isto pode ser visto como um sinal de falha dos estados árabes centralizados em realizar mudanças sociais e promover o desenvolvimento. Tais ONGs são largamente vistas como o desenvolvimento de uma “sociedade civil” árabe que pode refrear o estado autoritário e como um saudável sinal da verdadeira democracia “de baixo para cima” na região. Por outro lado, elas têm sido vistas como uma nova forma crescente de dependência do Oeste. Os debates referentes às ideologias das ONGs, suas ligações, tanto com seu próprio Estado, quanto com os Estados que as fundaram, e sua utilidade para o desenvolvimento e mudança social são abundantes. Esses debates vêm ganhando um novo contorno com os sinais de que o atual governo americano está dando atenção como nunca antes à “democratização” e “modernização” de sociedades e regimes árabes, através do aumento de financiamento para organizações da sociedade civil. A administração dos Estados Unidos vê o papel da mulher, a este respeito, como vital.

Este artigo traça o desenvolvimento dos movimentos de mulheres árabes, com atenção especial ao que chamo de “onguização”. Para esclarecer esta tendência, examino as estruturas e discursos mutáveis dos movimentos de mulheres árabes, no contexto mais amplo dos discursos sobre desenvolvimento, com base nos binários leste/oeste e estado/sociedade civil. O número crescente de ONGs árabes em geral e ONGs de mulheres, em particular, deve ser visto no contexto de uma tendência de desenvolvimento mais ampla, que vê as ONGs como veículo vital para a mudança social e democratização. Mas irei argumentar que a ONG como uma forma de organização é crucialmente diferente de outros tipos de organização que objetivam a mudança social, isto é, o movimento social. Analisar essa diferença é importante para revelar as limitações das ONGs em introduzir um desenvolvimento genuíno, sustentável e amplo e as desejadas mudanças sociais nas populações locais. Isto não é para dizer que o papel das ONGs deva ser explicado em termos da “teoria da conspiração”, preferivelmente, deveria estar sujeito a uma abordagem mais empírica e histórica que não tome por certa sua equivalência com o desenvolvimento sociopolítico “saudável”.

2 AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES ÁRABES NO CONTEXTO HISTÓRICO

Muitas discussões sobre a proliferação e eficácia das ONGs de mulheres árabes estão contextualizadas na dicotomia do Oeste *versus* Leste. O Oeste é visto pelos grupos fundamentalistas como um poder que quer impor seus valores culturais pelo mundo – especialmente liberdade individual, materialismo e secularismo. Em contraste, os nacionalistas árabes e os esquerdistas vêem o Oeste como colonialista e corruptor, comprando a lealdade das elites, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, e trazendo para o primeiro plano o que Leila Ahmed chama de ‘feminismo colonial’ (AHMED, 1992, p.163).

Outros colocam a proliferação das ONGs em um contexto de expansão contínua do neoliberalismo e da formação de uma “elite globalizada” (HANN; DUNN, 1996; EDWARDS; HULME, 1992; VIVIAN, 1994; OMVEDT, 1994; PETRAS, 1997; HANAFI; TABAR, 2002), ou como “aliviando os conflitos de classe, diluindo as identidades e culturas de classe, obscurecendo as fronteiras de classe e enfraquecendo as lutas de classe dentro das nações e entre elas” (QASSOUM, 2002, p. 44-56).

Com a região experimentando uma expansão da intrusão político-econômica ocidental, os movimentos de mulheres árabes emergiram na primeira metade do século vinte em meio a dois importantes projetos políticos: independência e modernização, originários, respectivamente, do nacionalismo secular e do modernismo islâmico. Enquanto a modernização islâmica objetivava salvar a religião das interpretações estreitas e errôneas, trazendo o Islã como força vital no cotidiano de homens e mulheres, o nacionalismo secular, articulado com a ocupação colonial, envolveu uma auto-revisão coletiva como parte do projeto de fortalecimento nacional para alcançar a independência (BADRAN, 1995; BARON, 1994; RADWAN, 1998; LAZREG, 1994).

As mulheres eram vistas pelo nacionalismo secular como parte integrante da “nova nação” e as próprias mulheres viram a realização de seus direitos sociais como conectados aos estados árabes futuramente independentes. Nesse contexto, as mulheres árabes formaram organizações para intensificar a participação das mulheres nas batalhas

por independência, para defender seu povo e trabalhar para “fazer as mulheres progredirem” na esfera da educação, da participação política e da vida cultural. Suas organizações e sindicatos eram fortemente apoiados pelas elites nacional e religiosa emergentes, lutando pela independência e progresso de seus países. O papel heróico desempenhado pelas mulheres da Argélia e Palestina nas batalhas para liberar seus países foi resultado dessa fase do crescimento das organizações de mulheres.

O movimento de mulheres árabes na época não estava isolado dos movimentos emergentes de mulheres no mundo. As mulheres egípcias, por exemplo, estavam altamente envolvidas na Aliança Internacional pelo Sufrágio das Mulheres (International Women’s Suffrage Alliance), e o Sindicato Feminista Egípcio (Egyptian Feminist Union-EFU) produziu um jornal em francês, *L’Egyptienne*, que em parte objetivava alterar a imagem nacional do Egito no exterior. As feministas egípcias também chamaram a atenção para a violação dos direitos nacionais das palestinas árabes nos fóruns internacionais feministas, convocando uma conferência internacional para apoiar as mulheres palestinas na sua luta contra o sionismo. Essa conferência, ‘As Mulheres do Oriente’, atraiu delegações internacionais e de todo o mundo árabe, assim como uma ampla delegação de mulheres palestinas (ZU’AYTIR, 1980). As feministas internacionais foram então confrontadas com problemas do imperialismo que elas preferiam ter ignorado (BADRAN, 1995, p.13).

No Egito, Argélia, Palestina e em muitos outros países árabes, a “mulher moderna” foi construída, e se construiu, como sendo contra o colonizador. A vestimenta “autêntica” e o véu não eram então questões preocupantes e não foram adotados pelas mulheres nacionalistas como uma estratégia importante (AHMED, 1992; BADRAN, 1995; FLEISCHMAN, 1999). Influenciadas pelo socialismo árabe, muitas nações então recentemente independentes – Egito, Argélia, Iraque, Síria e Iêmen – instalaram o “feminismo de estado”, introduzindo políticas sociais e econômicas que objetivavam integrar as mulheres ao mercado de trabalho e à nova nação (KANDIYOTI, 1991; MOLYNEUX, 1991; MOGHADAM, 1993; EL-KHOLY, 1998). Muitas mulheres, especialmente aquelas advindas de um estrato social mais pobre, se beneficiaram dos direitos sociais, tais como, educação pública e serviços de saúde e maternidade.

Em contraste com a situação existente antes da independência, os estados emergentes mostraram uma forte hostilidade em relação às organizações independentes de mulheres, especialmente durante os anos 60, o que levou ao seu banimento (Egito e Jordânia) ou sua cooptação (Síria, Iraque, Argélia, Tunísia). O legado do “autoritarismo populista” como uma estratégia da elite para manter a hegemonia resistiu, apesar do caráter universal das lutas em favor da independência (BRUMBERG, 1995, p.230).

As experiências das mulheres árabes com seu Estado variam de uma nação para outra. Na maior parte da área do Golfo, os movimentos de mulheres ainda estão lutando para alcançar os direitos políticos básicos. Nos estados que se definem como socialistas, nacionalistas ou progressistas, as mulheres sofriam da “síndrome argeliana”, uma decepção com as políticas do Estado que pouco ou nada fizeram para mudar a situação das mulheres como “dependentes” dos homens.

O estado na maioria desses países fez pouco para mudar as leis e os códigos penais que não refletiam as mudanças na situação e status das mulheres, especialmente das profissionais com nível superior das classes média e média baixa. Novas restrições foram impostas às organizações das mulheres e as mulheres que participaram em partidos de oposição foram “igualmente” alvo da perseguição e punição do Estado. Isto levou à destruição e enfraquecimento de todas as formas de participação política e social, incluindo partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, camponeses, estudantes e de mulheres. Algumas vozes feministas se levantaram nesse período para denunciar o “patriarcado árabe” como obstáculo maior para o progresso das mulheres.

A partir da metade dos anos 1970, com a maioria dos Estados árabes não conseguindo conquistar um nível sustentável de desenvolvimento, tampouco absorver um número crescente de jovens em busca de emprego, foram adotadas políticas de ajuste estrutural em larga escala. Isso resultou em um quase completo afastamento do Estado quanto a investimentos no setor público, o que levou a uma severa deterioração dos direitos sociais e econômicos, traduzida em aumento das taxas de desemprego e declínio das políticas de bem-estar por parte do Estado. A longo prazo, essa deterioração teve um forte impacto no status das mulheres, ilustrado no relatório sobre desenvolvimento humano de 2002 da UNDP, o qual mostrou aumento do analfabetismo, desemprego, pobreza e marginalização política entre mulheres.

Nos anos 1980, quando muitos Estados árabes foram abalados por crises econômicas e sociais, muitos líderes continuaram a evitar os desafios domésticos, com sucesso, dando apenas atenção mínima às demandas por mudanças sociais e políticas. O colapso do “bloco comunista”, um tradicional aliado de muitos Estados árabes, contribuiu ainda mais para o desgaste do nacionalismo progressista, ao mesmo tempo em que a revolução iraniana colocou um fim ao regime do Shah, levando uma liderança islâmica religiosa ao poder. O desenvolvimento na região também foi detido pela crescente política agressiva do Estado de Israel e a destruição devastadora que este país tem imposto aos países como o Líbano e a Palestina, além dos efeitos ocasionados por grupos étnicos separatistas no Irã, Líbano, Sudão ou em qualquer lugar (JAWAD, 2004).

Contra um contexto cada vez mais desanimador de estagnação interna, a pressão externa aumentou em países árabes para introduzir mais mudanças, desta vez levantando a bandeira de uma nova política de desenvolvimento, a da “boa governança”, apoiada pelo Banco Mundial, O Fundo Monetário Internacional, os Estados Unidos e muitos doadores europeus. Essa pressão externa aumentou consideravelmente no alerta do 11 de setembro, com a altamente agressiva política americana e demonização dos muçulmanos em geral, e dos árabes, em particular.

Esses fatos tiveram efeitos negativos, colocando toda uma região na defensiva e forçando seu povo a aderir cada vez mais a um *status quo* decadente. A lógica da “boa governança” se tornou particularmente importante como justificativa das intervenções dos EUA na região, com a agressão militar para forçar uma troca de regime no Iraque, sendo justificada pela retórica da necessidade de “democratizar”. De acordo com noticiários recentes, a administração atual dos EUA vê a ausência de democracia e o status inferior das mulheres como alguns dos muitos males da sociedade árabe. O governo americano declarou que seu foco em projetos para construção da democracia e no redirecionamento dos fundos de auxílio internacional para os projetos de base realiza duas coisas. A primeira é a construção do desejo e da capacidade para reformar governos autoritários, sejam eles grandes ou pequenos. A outra é suavizar a imagem que os árabes têm dos Estados Unidos, como um poder maligno cuja única preocupação na região é defender Israel e assim preservar seu acesso ao óleo barato.

Depois de infraestrutura e livre comércio, "democracia" atinge o topo da agenda regional da USAID - United States Agency for International Development². A promoção da democracia e do estado de direito têm por objetivo fortalecer a “sociedade civil” e oferecer apoio substantivo às ONGs.

A preocupação com a democracia professada pelos EUA incita o ceticismo de muitos no mundo árabe. Mustapha Kamel Al Sayyid, Diretor do Centro de Estudos sobre Países em Desenvolvimento, na Universidade do Cairo, argumenta que não seria do interesse dos Estados Unidos promover a verdadeira democracia no Egito, já que a única alternativa viável ao presente governo é a oposição islâmica – um grupo conhecido por sua aversão à política americana. Se o resultado da democratização é os islâmicos conquistarem mais voz nas políticas, então, sem dúvida, o governo americano não fará muito, na prática, no sentido de uma promoção real para a democracia (LUSSIER, 2002).

A relação entre as ONGs e a democracia é criticada em muitas perspectivas. Por exemplo, a proliferação das ONGs é vista, por alguns, como formação de uma “elite globalizada” em um contexto de expansão contínua do neoliberalismo (HANAFI; TBAR, 2002, p. 32-6) e, por outros, como “algo que alivia os conflitos de classe, diluindo as identidades de classe e cultura, obscurecendo as fronteiras de classe e embotando as lutas de classe nas nações e entre estas” (QASSOUM, 2002, p. 44-56).

O importante para as mulheres ativistas, contudo, é que esse apoio de agentes internacionais, principalmente do governo americano para as organizações de mulheres e, de um modo geral, para a construção da “sociedade civil”, serve para adicionar mais combustível a um debate que já está se incendiando no mundo árabe sobre os papéis previstos e desempenhados pelas ONGs árabes e, em particular, as ONGs de mulheres, no processo de desenvolvimento, democratização e mudança social.

3 DESENVOLVIMENTO E FEMINISMO: ECOS DO ENCONTRO COLONIAL

² Washington Post, 4 de Novembro de 2002.

Esses debates precisam ser examinados com cuidado, levando-se em consideração que a ajuda externa, seja ela das agências da ONU ou dos governos estrangeiros, é vista na maioria dos países de Terceiro Mundo como uma pequena porção do que lhes foi historicamente roubado, uma continuação do encontro colonial. O problema, portanto, não é a ajuda em si mesma, mas os meios pelos quais ela é investida, para quem é oferecida e como pode ser encampada dentro de um controle mais democrático.

Algumas feministas árabes sugerem que “o que os colonialistas procuraram foi enfraquecer a cultura local” através do “feminismo colonial” (AHMED, 1992). Assim como Lazreg (1994), Ahmed (1992) é perturbada pela semelhança que percebe existir entre os discursos coloniais e aqueles de algumas feministas ocidentais contemporâneas. Ela os percebe como desvalorizando as culturas locais e assumindo que existe apenas um único caminho para a emancipação das mulheres, qual seja, o caminho “da adoção de modelos ocidentais” (AHMED, 1992; LAZREG, 1994).

Por outro lado, Badran (1995) rejeita tal posição, argumentando que “as tentativas de depreciar ou legitimar o feminismo nas bases culturais... são projetos políticos”. Para ela, as origens do feminismo não podem ser encontradas em nenhum lugar culturalmente “puras”: elementos externos – externos à classe, região e país – são apropriados e entrelaçados no tecido do “indígena” ou nativo. “O Egito, por exemplo, tem historicamente se apropriado e absorvido “elementos estrangeiros” para uma cultura indígena altamente vital” (BARDAN, 1995, p. 31-2). Ela sugere que o feminismo egípcio é parte dessa tipo de cultura nativa, salientando como mulheres, tais como, Hoda Shrawi e Ceza Nabarawi, por exemplo, eram mais nacionalistas e menos comprometidas com o colonialismo britânico do que os homens de sua classe.

Apesar de se reunirem com feministas europeias e desenvolverem suas ideias em relação às organizações feministas europeias, as feministas egípcias eram politicamente independentes, fazendo críticas ao apoio europeu ao Sionismo. Além disso, sua maior preocupação era com a condição das mulheres egípcias e árabes. Desta maneira, as feministas egípcias faziam parte de, estavam e ainda estão muito mais preocupadas com suas próprias sociedades, não devendo ser rejeitadas como agentes ocidentais (e, por isso, não autênticas).

Abu-Lughod (1998, p.16) adiciona:

Noções sobre culturas separadas têm sido produzidas pelo encontro colonial. Isso leva a diferentes possibilidades para analisar as políticas do Leste e Oeste nos debates sobre mulheres, aqueles que não tomam as formas das narrativas de dominação cultural versus resistência, lealdade cultural versus traição, ou perda cultural versus preservação. Também abre a possibilidade de para se explorar, em todas suas especificidades, a dinâmica cultural atual do encontro colonial e suas consequências.

Apoiando-se em seu estudo empírico sobre os movimentos egípcios de mulheres, Al-Ali conclui que:

As ativistas egípcias, por mais variadas que pudessem ter sido em suas inclinações ideológicas, foram agentes ativos em seu próprio contexto social, cultural e político. Nunca deixo de me surpreender como essas ativistas continuam a serem desacreditadas na base de sua filiação de classe e em suas conexões com a cultura e educação européias, enquanto os homens, como ativistas políticos não parecem estar expostos ao mesmo grau de inspeção em relação a sua classe ou vida escolar (AL-ALI, 1998, p.121).

Podemos concluir que, para evitar cair nessas dicotomias culturais, é importante estudar – de preferência, empiricamente – o contexto no qual esses grupos e organizações estão trabalhando e quais são suas estratégias, suas formas de organização, suas conexões com outros grupos sociais e políticos, suas ligações com o Estado e com as poderosas agências externas e seus modelos de desenvolvimento.

Baseando-nos em diferentes estudos empíricos conduzidos sobre ONGs de mulheres no Egito, na Palestina e em outros países do Terceiro Mundo na África e América Latina, podemos formular algumas possíveis conclusões sobre a natureza contextualizada dessas organizações. A rápida proliferação no mundo árabe de grupos organizados em torno de temáticas, que é um dos modos de se definir uma ONG, nos obriga a perguntar como esses grupos deveriam colocar suas temáticas de interesse em um contexto mais amplo e mais, como a luta por essas questões (a maioria relacionada aos direitos sociais) está ligada a um contexto político, social e econômico mais amplo.

Colocar as questões das mulheres nesses contextos é importante para que possamos identificar quais outros grupos sociais podem se juntar à luta por mudanças em torno de um problema específico. Porém, o que estamos vendo até agora é que a maioria das ONGs de mulheres árabes não procura desenvolver uma análise mais aprofundada de,

por exemplo, o papel do Estado em permitir que algumas questões específicas persistam; e nem sequer questionam seu projeto sobre as mudanças sociais, ou quais deveriam ser os papéis de um eleitorado feminino mais amplo para conseguir alcançar essas mudanças.

A experiência Latino-americana traz suporte para a necessidade de tal análise. Os movimentos de mulheres latino-americanas têm demonstrado que os direitos das mulheres não podem ser garantidos por súplicas a um Estado autoritário, nem isolando as mulheres nas organizações de mulheres. Tendo suas próprias organizações e depois ampliando suas bases de apoio e se aliando aos partidos políticos e participando na luta pela democratização e transação política, as mulheres latino-americanas conseguiram transversalizar suas demandas no estado e na sociedade (ALVAREZ 1990; MOLYNEUX 1996; WAYLEN 1996). Essas estudiosas mostraram que as organizações de mulheres não seguiram um rumo ou estratégia única em seu conflito com o Estado, e sim uma abordagem multifacetada que incluiu muitas opções.

Um ponto importante enfatizado por Waylen (1996) é que, para formar poder político, as organizações de mulheres precisam conectar as necessidades e interesses das mulheres pobres com os interesses das mulheres de classe média. O conceito de cidadania implica um compromisso com o princípio da igualdade e compromisso com os princípios universais, porém sem admitir um público não diferenciado com interesses e necessidades idênticas (MOLYNEUX 1998, p. 84). Os movimentos de mulheres árabes enfrentam os desafios de reconciliar os diferentes interesses de classe. As formas pelas quais esses desafios são encarados dependerão em parte da estrutura organizacional. É aqui que se torna necessária uma abordagem diferenciada e matizada sobre o conceito de “sociedade civil”.

4 A ONGUIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES ÁRABES

A formação de ONGs de mulheres com objetivos sociais específicos delineia uma forma e estruturas diferentes para o ativismo de mulheres árabes, diferente daquelas que predominaram anteriormente. Os primeiros anos do século dezenove foram

caracterizados pela difusão de salões literários de mulheres, principalmente de mulheres de classe média alta que possuíam um alto nível de escolaridade. Mulheres urbanas das classes média e alta também conduziam grupos de caridade e, mais tarde, sindicatos políticos de mulheres, baseados na filiação aberta para mulheres. Na Palestina, por exemplo, os grupos de caridade recrutavam centenas de mulheres para seu corpo administrativo e assembleias gerais, enquanto os sindicatos de mulheres tinham um grande número de filiados, estendendo-se às mulheres nas vilas e depois de 1948 aos campos de refugiados. Se compararmos seu alcance com os das contemporâneas ONGs, pode-se notar facilmente um declínio nos números.

A estrutura que prevalece nas ONGs, entretanto, é aquela composta de um conselho de sete a vinte pessoas e um grupo de profissionais e administradores altamente qualificados cujo número é geralmente baixo, dependendo no número e caráter dos projetos que estão sendo realizados. O poder de decisão não está frequentemente, como se suporia, nas mãos do conselho, mas geralmente, nas mãos do diretor. O poder do último origina-se da sua habilidade de levantar fundos, ser convincente, apresentável e capaz de produzir os relatórios bem escritos que os doadores exigem. Para alcançar essas exigências, a comunicação e a habilidade em falar a língua Inglesa se tornam essenciais.

Em alguns casos, um (a) diretor (a) de ONG tem o poder de mudar os membros com os quais trabalha, algumas vezes até sem o conhecimento destes. A alta qualidade dos profissionais exigida no quadro administrativo para uma melhor comunicação com os doadores pode não afetar diretamente as conexões entre a ONG e a clientela local, mas, frequentemente, afeta. No caso da Palestina, a qualidade dos quadros nas organizações de base – os comitês de mulheres filiados a formações políticas que sustentaram a primeira Intifada Palestina – se diferia consideravelmente daquelas exigidas pelos trabalhadores de uma ONG. O sucesso dos quadros de base jazia na organização e mobilização das massas, estando baseado em suas habilidades de relacionamento.

Esses quadros foram bem sucedidos enquanto tinham uma “causa” para defender, uma missão para implementar e porque acreditavam piamente na formação política a que pertenciam. Era importante para eles serem conhecidos e ganhar a confiança das pessoas, ter acesso e se preocupar com elas, ajudando-as quando necessário. A tarefa exigia um esforço de diário, exaustivo, que demandava muito tempo para a articulação e

organização. O pessoal dos quadros, ou “cadres”, conhecia sua clientela pessoalmente, já que a comunicação dependia de um contato face a face.

As ONGs, ao contrário, dependiam de métodos modernos de comunicação, como a mídia, workshops e conferências, ferramentas globalizadas e não locais. Esses métodos podem não ser ruins em si mesmos, mas são frequentemente usados para “defender” ou “educar” um “grupo alvo”, normalmente definido pelo período necessário para implementar o “projeto”. Aqui a clientela não é um grupo social natural, e sim abstrato, receptivo, ao invés de interativo, e o “alvo” é limitado pelo tempo de organização do projeto. Esta temporalidade do projeto e a clientela dificultam medir o impacto da intervenção.

A este respeito, a política “alvo” é sempre limitada e implementada por profissionais contratados pelas organizações para fazer o “trabalho”. Isto o diferencia de uma “missão” baseada na convicção e voluntarismo. Além do que, as ONGs não estabelecem organização e mobilização como metas. Estas diferenças entre as estruturas e metas de ONGs e organização populares não ajudam as ONGs a agirem como estruturas de organização e mobilização.

Quanto ao governo interno de ONGs, um estudo com mais de 60 ONGs palestinas mostrou que além do papel periférico desempenhado pelos componentes, a maioria de seus empregados não participa das tomadas de decisão devido a “sua passividade ou falta de competência” (SHALABI, 2001, p. 152). Os grupos “alvos” não participam das tomadas de decisão nem na elaboração de políticas. Em muitas ONGs de mulheres, o quadro de funcionários não tinha nenhuma conexão com o orçamento geral da sua organização e não sabia como este era distribuído. De acordo com Shalabi (2001), o controle interno das ONGs era “um reflexo do sistema político palestino baseado na tomada individual de decisões, patronagem e clientelismo” e a falta de regras que organizam as relações internas na organização. Em alguns casos, uma disputa de sindicatos estourava e era decidida “de um modo muito distante do que regiam as leis” (SHALABI, 2001, p.154).

É importante notar estas diferenças para ajudar a clarificar a confusão predominante entre os movimentos sociais e as ONGs. Para se adquirir peso, ou em termos políticos, poder, um movimento social deve ter uma base ampla. De acordo com

Tarrow (1998, p. 2), o que constitui o movimento social é que “na base estão as redes de trabalho e os símbolos culturais através dos quais as relações sociais são organizadas. Quanto mais denso o primeiro mais familiar o último e assim, uma maior probabilidade de expansão e de ser favorecido”. Ele acrescenta que:

[...] a ação coletiva controversa é a base dos movimentos sociais; não porque os movimentos são sempre violentos ou extremos, mas porque o principal e, frequentemente, o único recurso que a maioria das pessoas possuem contra os oponentes melhor equipados (TARROW, 1998, p. 2).

O mesmo pode ser dito dos movimentos de mulheres. Para colocar “o movimento de mulheres” no contexto, teremos que perguntar primeiramente o que é “o movimento de mulheres” e como podemos distinguí-lo das “mulheres em movimento” (ROWBOTHAM, 1992; JACKSON; PEARSON, 1998). Para começar, há visões contrastantes do que seja o movimento de mulheres. Um tipo de movimento é aquele que mobiliza para requerer o sufrágio das mulheres, tem uma liderança, uma filiação e formas difusas de atividade política, como distinto de outras formas de solidariedade como aquelas baseadas em redes de trabalho, clubes ou grupos.

Segundo Molyneux (1998, p. 223), um movimento também implica um fenômeno político ou social de alguma relevância, tanto em termos numéricos, quanto de sua capacidade de realizar mudanças, de uma forma ou outra, sejam nos domínios culturais, sociais, legais ou político. Um movimento de mulheres não necessita ter uma única expressão organizacional e pode ser caracterizado por diversos interesses, formas de expressão e locação espacial. Além disso, é composto de uma maioria substancial de mulheres, quando não exclusivamente só de mulheres.

Desta forma, parece preferível reservar o termo “movimento” para algo maior e mais efetivo que associações de pequena escala. Ainda é importante notar que um grande número de associações pequenas, mesmo com agendas bem diversas, pode em termos cumulativos vir a constituir o movimento de mulheres. Neste caso, não existe um grupo central de coordenação nem uma agenda combinada, embora existam objetivos comuns. As longas citações apresentadas aqui pretendem esclarecer os elementos principais que devem estar presentes em um movimento se estiver almejando mudança.

Como defendemos anteriormente, a estrutura típica das ONGs as priva de servirem como agentes mobilizadores e organizadores, assim, não importa quanto proliferem, elas não podem sustentar ou expandir uma clientela ou tentar resolver problemas relacionados aos direitos sociais, políticos ou econômicos, seja em um nível macro ou nacional. Para que se incumbissem desses objetivos, teriam que deixar de ser ONGs.

A dependência da ONG no uso da comunicação através da mídia para defender questões nacionais (ex.: fraude em eleições, corrupção) pode levar a dificuldades, mostrando assim o efeito enfraquecedor da falta de uma clientela mais ampla. Os casos de Sa'ad el-Dine Ibrahim, um defensor da “sociedade civil” egípcia com longa experiência, e Eyad Sarraj, um proeminente defensor dos direitos humanos da Palestina, ambos encarcerados por seus governos, precisam ser analisados pela lente esclarecedora da eficácia das ONGs em oposição a ação do “movimento”. As grandes “questões”, como aquelas que eles levantaram, necessitam de uma clientela organizada para conduzi-las, caso contrário, suas ações provavelmente serão vistas como passando dos limites e ou autoritárias.

Não é fácil e, tampouco, plausível agregar um número de ONGs de mulheres para trabalhar por um objetivo comum – a exigência mínima para a definição de “mulheres em movimento”. Dá a impressão de que a estrutura da ONG cria atores com poderes paralelos baseados no seu reconhecimento ao nível internacional e acesso fácil a importantes figuras nacionais e internacionais. Mas esse reconhecimento internacional não é traduzido em reconhecimento ou legitimação aos níveis locais e nacionais. Isto cria uma competitividade entre diretoras de ONGs, o que torna difícil conciliar ou concordar em objetivos comuns, já que a que faz concessões pode ser vista como a mais fraca entre as iguais no poder. A coordenação é mais possível entre as ONGs com objetivos similares, porém é difícil ter êxito com organizações de mulheres tão diferentes, como as entidades de caridade e as organizações populares. As líderes de ONGs, empoderadas pelo alto nível educacional, qualificações profissionais e o “jargão” do desenvolvimento internacional, tendem a agir de forma paternalista com as outras.

Estas observações estão apoiadas pelos estudos das ONGs nos países de Terceiro Mundo, onde os proponentes de uma abordagem “de baixo para cima” argumentam que a

organização de pressão popular e participação dos que estão embaixo é um pré-requisito necessário para a mudança política e progresso econômico. Eles estão também extremamente céticos sobre a habilidade e boa vontade de qualquer regime para verdadeiramente realizar uma reforma em si próprios. Sob essas condições, a abordagem “de cima para baixo” pode simplesmente não ser eficaz, já que os doadores oficiais têm que trabalhar principalmente através dos governos dos países receptores. Entretanto, sob essas condições, a abordagem “de baixo para cima” também possui a possibilidade de falhar por diversas razões.

O potencial das ONGs para fomentar desenvolvimento participativo além das organizações de base é muito baixo, dada a natureza transitória dos projetos. As atividades das ONGs são tipicamente focalizadas nos projetos; a coordenação entre ONGs que seguem diferentes objetivos é fraca; e o potencial para criar mudança para além dos grupos cujos objetivos são estreitamente definidos é, na melhor das hipóteses, incerto. De qualquer forma, “empoderar” os “desempoderados” de “baixo para cima” é um processo que demanda tempo. Mais importante ainda, é ingênuo aceitar que o desenvolvimento participativo ao nível popular possa ser significativamente fomentado em países em desenvolvimento, cujos governos estão notoriamente relutantes em reformar os sistemas políticos e econômicos. Se os governos não estão abertos à reforma, irão oprimir as tentativas de desenvolvimento participativo, onde quer que surjam e tão logo ameacem minar a base de poder das elites dominantes. As experiências de ONGs em vários países oferecem ampla evidência desse efeito. A abordagem “de baixo para cima” obviamente se pauta em medidas de apoio pelas autoridades do governo (NUNNENKAMP, 1995, p. 14-15).

Alguém poderia levantar aqui a questão: os governos árabes estão dispostos a introduzir reformas? Eles atuam no sentido de se modificarem? As evidências do Iraque, Egito, Palestina, Arábia Saudita e outros países árabes sugerem que não. A aparência das esposas dos presidentes e governadores, das princesas e mulheres notáveis em certas ONGs de mulheres não podem ser traduzidas como uma disposição à reforma, mas ao invés, significa que os direitos e as reivindicações das mulheres são vistas como apolíticas ou politicamente não-ameaçadoras, já que não ferem as fundações política, econômica e social dos regimes árabes.

Neste artigo, argumentei que o papel atribuído às agências da ONU, às organizações de desenvolvimento internacional e às ONGs de mulheres árabes como veículo para a democratização e desenvolvimento baseado na participação precisa ser re-avaliados com base em estudos empíricos e com base nas velhas dicotomias do Leste *versus* Oeste. As ONGs de mulheres árabes, em suas formas e estruturas atuais, podem ser capazes de desempenhar um papel na defesa dos direitos das mulheres árabes na arena internacional, fornecer serviços para certos grupos carentes, propor novas políticas e possibilidades, gerar e disseminar informação. Porém, para afetar o desenvolvimento sustentável e democratização em bases mais ampla, será necessária uma forma de organização diferente, baseada numa visão fundamentada no contexto local e uma base de poder mais sustentável para a mudança social.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. *Remaking Women-Feminism and Modernity in the Middle East*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- AHMED, L. *Women and gender in Islam*. New Haven; London: Yale University Press, 1992.
- AL-ALI, N.S. *Standing on shifting ground: women's activism in contemporary Egypt*. PhD dissertation, Department of Anthropology, School of Oriental and African Studies, University of London, 1998.
- ALVAREZ, S.E. *Engendering Democracy in Brazil: women's Movements in Transition Politics*. Princeton; New Jersey: Princeton University press, 1990.
- BADRAN, M. *Feminists, Islam, and Nation: Gender and the Making of Modern Egypt*. Princeton; New Jersey: Princeton University press, 1995.
- BARON, B. *The Women's Awakening in Egypt-Culture, Society and the Press*. New Haven; London: Yale University Press, 1994.

BRUMBERG, D. Authoritarian Legacies and reform Strategies in the Arab World. In: BRYNEN, R.; KORANY, B; NOBLE, P. (Ed.). *Political Liberalisation and Democratisation in the Arab World*. London: Lynne Rienner Publishers, 1995.

EDWARDS, M.; HULME, D. (Ed.). *Making a Difference: NGOs and Development in a Changing World*. London: Earthscan Publications, 1992.

FLEISHMANN, E. *The Other "Awakening": The Emergence of Women's Movements in the Modern Middle East*. Boulder; Colorado: Westview Press, 1999.

HANAFI, S.; TABAR, L. NGOs, elite formation and the second Intifada. *Between the Lines*, v. 2. n. 18, October, Jerusalem, 2002.

HANN, C.; DUNN, E. *Civil Society: Challenging Western Models*, London: Routledge, 1996.

JACKSON, C.; PEARSON, R. (Ed.). *Feminist Visions of Development: Gender Analysis and policy*. London; New York: Routledge, 1998.

JAWAD, S.A. Why Israel Pushes for the strike against Iraq. *Between the Lines*. v. 3. n. 21, March, Jerusalem, 2003.

KANDIYOTI, D. *Women, Islam and The State*. London: Macmillan Press, 1991.

EL-KHOLY, H.A. *Defiance and compliance: negotiating gender in low-income Cairo*. Unpublished PhD thesis, School of Oriental and African Studies, University of London, 1998.

LAZREG, M. *The Eloquence of Silence: Algerian Women in Question*. New York: Routledge, 1994.

LUSSIER, A.M. Aid to trade to democracy? *Cairo times*. v. 6. Issue 37, 21-27, November, 2002.

MOGHADAM, V. *Modernizing Women: gender and Social Change in the Middle East*. Boulder; Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1993.

MOLYNEUX, M. Analyzing Women's Movements. In: JACKSON, C.; PEARSON, R. (Eds). *Feminist Visions of development: gender Analysis and Policy*. London; New York: Routledge, 1998.

MOLYNEUX, M. Women's rights and the International Context in the Post-communist States. In: THRELFAL, M. (ed.). *Mapping the Women's Movement: Feminist Politics and Social transformation in the North*. London: Verso, 1996.

MOLYNEUX, M. The Law, the State and Socialist Policies with Regard to Women: The case of the People's Democratic Republic of Yemen 1967-1990'. In: KANDIYOTI, D. (ed.). *Women, Islam and the State*. London: Macmillan Press, 1991.

NUNNENKAMP, P. What donors mean by good governance: heroic ends, limited means, and traditional dilemmas of development cooperation. *IDS Bulletin*, v. 26. n. 2., 1995. p. 9-16.

OMVEDT, G. Peasants, dalits and women: democracy and India's new social movements. *Journal of Contemporary Asia*, v. 24. n. 1, 1994. p. 35-48.

PETRAS, J. Imperialism and NGOs in Latin America. *Monthly Review*. v. 49, n. 7, December, 1997. Available: <www.monthlyreview.org/1297/petr.htm>. Accessed: 20 march 2004.

QASSOUM, M. Imperial Agendas, "civil society" and global manipulation Intifada. *Between the Lines*, v. n. 19, December, Jerusalem, 2002. Available: <www.between-lines.org>. Accessed: 5 march 2004.

RADWAN, E. S. Jurisprudence and women: reformist and traditional. Bahitat, Lebanese Association of Women Researchers, Fourth Issue: 1997-1998, Beirut, Lebanon, 1998.

ROWBOTHAM, S. *Women in movement: Feminism and Social Action*. New York, London: Routledge, 1992.

SHALABI, Y. 'Al-ta'thirat al-dawleya 'ala tahdid ro'aa al-monathmat ghayr al-hokomeyya al-felastineyya wa-adwareha' (International and local impacts on the visions and roles of Palestinian NGOs). MA thesis, Bir Zeit University Palestine, 2001.

TARROW, S. *Power in movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge studies in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge university Press, 1998.

UNDP. *Arab Human Development Report*. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 2002.

VIVIAN J. *NGOs and sustainable development in Zimbabwe: no magic bullets*. Development and Change, v. 25, n. 1, 1994. p. 167-93.

WAYLEN, G. *Gender in Third World Politics*. Buckingham: Open University Press, 1996.

ZU'AYTIR, A. *Yawmiyyat Akram Zu'aytir: al-haraka al-wataniyya al-Filastiniyya 1935-1939*. Beirut: Palestine Studies Association, 1980.